

PORTUGAL EM MUDANÇA

É uma vida familiar em mudança, a que se nos apresenta no dealbar do século XXI, atravessada pelos movimentos de modernização da sociedade portuguesa que ocorreram nas últimas décadas, às vezes a um ritmo quase vertiginoso, aproximando os padrões demográficos e familiares dos que mais cedo se observaram noutras sociedades ocidentais. A família foi, na sociedade portuguesa, desde os anos sessenta, palco de um duplo movimento: primeiro, uma fase de “familiarismo renovado”, que se pautou por uma conjugalização da vida familiar, etapa cunhada por uma nupcialidade elevada, por um menor número de nascimentos fora do casamento e por um aumento de casais com filhos, à qual se seguiu, então, um movimento de “modernização”, caracterizado pela inversão das tendências anteriores. É assim a partir de meados dos anos setenta que Portugal começa a entrar definitivamente na modernidade demográfica, seguindo a cadência das mudanças legais e sociais implicadas pelo 25 de Abril. Mais cedo ou mais tarde o “triumfalismo familiar” cede lugar a novos desenhos do domínio familiar, traçados pela entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, pela afirmação de uma concepção menos durabilista do casamento, pelo desenvolvimento da coabitação informal, por uma maior indiferenciação de papéis de género, por um maior centramento na “qualidade” das relações e nas suas recompensas afectivas.

Em Portugal, desde os anos setenta até meados da década de noventa, as linhas de mudança são evidentes, nos comportamentos demográficos, na situação social das mulheres, nos valores e nas representações sociais. Ao nível da demografia, mais informalização, menos perenidade e menos filhos constituem a pedra de toque das mudanças, como resultante da diminuição continuada do casamento católico a par do aumento da coabitação, dos nascimentos fora do casamento e do divórcio, bem como da queda espectacular da fecundidade. O aumento exponencial do trabalho profissional feminino, que não tem cessado de aumentar, bem como o elevado número de mulheres nos graus superiores de ensino, deram sustentação à emergência de novas formas de relação familiar, mais igualitárias, e contribuíram para uma nova arquitectura das posições femininas na divisão do trabalho; as mulheres tornaram-se assim, quer no plano das práticas, quer no plano simbólico, protagonistas fundamentais da transformação social da vida privada. No que respeita, por fim, aos valores, vários

estudos têm salientado um traço comum. A par da centralidade que a vida familiar assume na hierarquia de importâncias da população portuguesa, um movimento modernizante agrega também uma maioria de indivíduos. Ganham relevo orientações normativas legitimadoras da igualdade de género, da qualidade das relações e do primado da afectividade, da democraticidade da vida familiar e da realização pessoal, tendências inseridas no movimento que certos autores entendem como “desinstitucionalização” do casamento.

1. REGIÕES

Dez anos de mudança nas dinâmicas familiares: variações regionais

Concluimos, com efeito, que, entre 1991 e 2001, se assistiu, em Portugal, a uma informalização progressiva dos comportamentos conjugais, bem como a um movimento tendencial de reforço da individualização da vida privada, corporificado pelo aumento do divórcio, dos agregados de pessoas sós jovens ou das famílias monoparentais. No entanto, um olhar um pouco mais minucioso e atento às variações desses comportamentos, consegue descortinar padrões regionais diferenciados no que respeita ao recorte das mudanças operadas ao longo do decénio em análise, atestando nuns casos o efectivo incremento da individualização e da informalização na vida familiar, e noutros nem tanto¹.

Através da análise, ao nível regional (das NUTSIII), de indicadores inerentes ao formato dos agregados domésticos e ao grau de informalização do laço conjugal, conseguimos obter perfis regionais de dinâmicas de transformação ocorridas entre 1991 e 2001, tendo encontrado quadros claramente diferenciados de organização da vida familiar², que delineiam algumas fronteiras no interior do país. Vejamos, então,

¹ Sobre a evolução das formas e comportamentos familiares e a diversidade regional, v. também Wall e Aboim, 2003.

² A identificação dos diferentes perfis que apresentamos no quadro n.º 1 foi conseguida através da realização de uma análise da variação regional do conjunto de indicadores referidos. Num primeiro momento, construiu-se uma base de dados ao nível das NUTSIII, perfazendo assim um total de 30 casos, para os quais se indicaram dados, de 1991 e 2001, relativos à estrutura dos agregados domésticos, à proporção de núcleos conjugais a viver em união de facto, à proporção de núcleos monoparentais segundo a idade do filho mais novo, à proporção de famílias recompostas ou ainda de jovens e idosos a viver sós. Num segundo momento, procedeu-se à realização de uma análise hierárquica de *clusters* que nos permitiu agrupar as 30 regiões de acordo com critérios de proximidade entre os vários indicadores, tendo-se obtido 6 grupos significativamente diferenciados no que respeita às proporções destes em 1991 e em 2001. O que apresentamos aqui é assim um “mapa regional” dos principais movimentos de transformação ocorridos ao longo desses dez anos.

que principais movimentos de transformação se operaram no período em análise e que diversidade se encerra no contexto português.

Um primeiro grande movimento destaca as dinâmicas de “*conjugalização*” que, nalgumas regiões de Portugal, se fizeram sentir ou se acentuaram entre 1991 e 2001. Um primeiro grupo, formado pelas regiões do Minho-Lima, Cávado, Baixo-Vouga, Dão-Lafões, Açores e Madeira caracteriza-se, assim, pelo “aumento da conjugalização”, ou seja, por um aumento de agregados de famílias simples constituídas por um casal, em detrimento de agregados complexos, tradicionalmente elevados nestas regiões. Assiste-se com efeito a uma diminuição bastante significativa deste último formato doméstico a favor de uma maior autonomização residencial dos núcleos conjugais, que são, aliás, sobretudo casais unidos pelo vínculo legal do casamento, não havendo, por conseguinte, grande peso de práticas informais. Um segundo grupo, constituído pelas regiões do Ave, Tâmega e Entre Douro e Vouga, revela, por seu lado, uma consolidação da mesma tendência, que, ao contrário do caso anterior, era já visível em 1991: note-se, por exemplo, que já nesta data a percentagem de agregados de famílias complexas era muito menor. Dá-se assim seguimento, ao longo destes dez anos, a uma tendência para a autonomização dos núcleos conjugais. Tanto no primeiro como no segundo grupo, o aumento da proporção de pessoas sós (de qualquer idade) ou de núcleos monoparentais com filhos menores de 18 anos encontra-se claramente abaixo da média nacional, reforçando o peso do movimento de conjugalização das formas de organização familiar.

Uma segunda tendência de mudança nas dinâmicas familiares caracteriza-se, ao contrário da conjugalização, por um desenvolvimento do que entendemos serem indicadores de “*individualização e de informalização*”: aumentam bastante as percentagens de pessoas sós, com algum destaque para a população jovem a viver só, e de famílias monoparentais com filhos menores, bem como as práticas informais de conjugalidade, sobretudo quando associadas a indivíduos com maiores capitais escolares. Em contrapartida, assiste-se a uma diminuição da dimensão média da família, da proporção de casais com filhos ou ainda do número de agregados de famílias complexas. Este conjunto de características, visível nas dinâmicas da vida familiar, que se impõe sobretudo na faixa litoral do país, desde Coimbra a Setúbal, e engloba ainda, a norte, a região do Grande Porto, e, a sul, a região do Algarve, pode, contudo, alicerçar-se, nas várias regiões, com intensidades algo diversas. Pode, com efeito, tratar-se do acentuar progressivo, ao longo da década de noventa, de processos

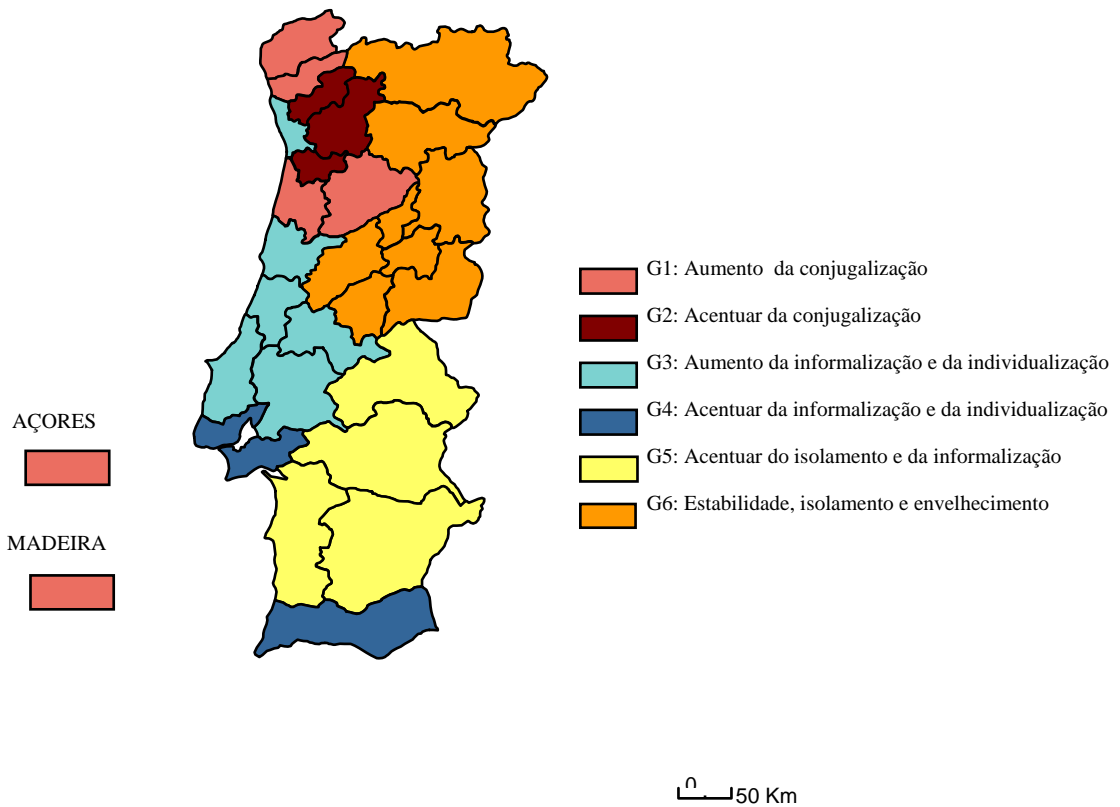
de individualização e de informalização que já se vislumbravam em 1991 e que agora aparecem reforçados, numa linha de continuidade; ou pode tratar-se, antes, do desenvolvimento de quadros de individualização e de informalização, que aparecem hoje, malgrado serem presentemente mais ténues do que no caso anterior, em ruptura com o recorte familiar de 1991, retratando uma maior transformação face à realidade de há dez anos atrás. Englobadas na primeira situação encontramos as regiões da Grande Lisboa, Península de Setúbal e Algarve, que de algum modo representam a “vanguarda modernista” do país, aproximando-se mais do tracejado que encontramos noutros contextos europeus, onde o movimento de individualização da vida familiar ganhou já mais expressão; no segundo caso, encontramos as regiões do Grande Porto (onde as transformações foram muitíssimo acentuadas), Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo, que apresentaram mudanças muito significativas, ao longo dos anos noventa, dando início a um processo de individualização da esfera familiar.

Qualquer destes movimentos constitui, no presente, o produto dos processos de modernização da vida familiar que têm vindo a atravessar o contexto nacional, engendrando o esbatimento de um modelo muito tradicional de família como instituição. O direccionamento para o casal (a conjugalização) ou para o indivíduo (a individualização), representam, cada um a seu modo, o afastamento de certas lógicas que assentavam sobretudo na reprodução do grupo, na indissolubilidade dos laços familiares, numa poderosa codificação dos comportamentos.

Entretanto, devemos ainda referenciar os movimentos de mudança que se estabelecem preferencialmente na faixa interior do país, e que expressam, globalmente, a presença de condições entendíveis como de “isolamento”. Com efeito, abrangendo toda a região do Alentejo (grupo 5), uma dinâmica de “*acentuar do isolamento e da informalização conjugal*”, destaca o acréscimo da percentagem de pessoas sós, sobretudo de idosos sós, de famílias monoparentais com filhos maiores de 18 anos e de práticas conjugais informais, preferencialmente associadas a meios sociais sem qualificações escolares (contrastando por exemplo com o perfil de informalização da conjugalidade que caracteriza o grupo 4). A par destes aumentos, note-se ainda a diminuição das famílias simples de casais (com e sem filhos). Trata-se assim de um isolamento que qualifica várias tendências cruzadas no mesmo espaço: o isolamento dos idosos (mais de 20% destes vive só), o isolamento engendrado pelo encurtamento da proporção de casais a par com o aumento núcleos monoparentais com filhos mais

velhos, o isolamento fomentado pela precariedade sócio-económica que surge, ainda como no passado, associada à informalização do laço conjugal, apesar da diminuição verificada de uniões de facto de mulheres sem qualquer nível de escolaridade.

Figura 1
Dinâmicas regionais de transformação da vida familiar 1991-2001



Quadro n.1 As dinâmicas de mudança na vida familiar 1991-2001: perfis regionais

(%)	Total		Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		Grupo 5		Grupo 6	
	2001	Dif. 2001-1991	Conjugalização		Acentuar da conjugalização		Aumento da informalização e da Individualização		Acentuar da informalização e da individualização		Acentuar do isolamento e da informalização		Estabilidade, Isolamento e envelhecimento	
			2001	Dif. 2001-1991	2001	Dif. 2001-1991	2001	Dif. 2001-1991	2001	Dif. 2001-1991	2001	Dif. 2001-1991	2001	Dif. 2001-1991
			Minho-Lima Cavado		Ave Tâmega		Grande Porto Baixo Mondego		Grande Lisboa Península de Setúbal		Alentejo Litoral		Douro	
			Baixo Vouga		Entre Douro e Vouga		Pinhal Litoral		Algarve		Alto Alentejo		Alto de Trás-os-Montes	
			Dão-Lafões				Oeste				Alentejo Central		Pinhal Interior Norte	
			Açores				Médio Tejo				Baixo Alentejo		Serra da Estrela	
			Madeira				Lezíria do Tejo						Beira Interior Norte	
													Beira Interior-Sul	
													Cova da Beira	
Estruturas domésticas														
Dimensão média da família	2,8	-0,3	3,1	-0,4	3,1	-0,4	2,7	-0,3	2,6	-0,3	2,6	-0,2	2,6	-0,2
Pessoas sós ³	17,3	3,7	14,1	2,5	11,6	1,9	17,9	4,3	20,2	5,2	20,6	3,9	20,6	2,8
Várias pessoas	2,2	-0,8	2,4	-1,1	1,7	-0,8	1,6	-0,7	2,6	-0,5	1,7	-1,0	1,8	-1,0
Agreg. de famílias simples	70,1	0,7	68,5	3,0	75,2	1,9	71,5	-0,1	67,9	-1,3	69,6	-0,7	69,3	1,0
Casais sem filhos	22,0	2,0	18,6	2,4	19,3	3,2	24,3	1,7	23,3	1,6	26,6	-0,1	27,7	1,2
Casais com filhos	41,1	-2,7	42,8	-0,2	49,8	-1,8	40,9	-3,1	37,1	-5,1	37,0	-2,3	35,8	-1,2
Monoparentais	7,0	1,4	7,1	0,8	6,2	0,6	6,4	1,3	7,5	2,1	6,0	1,7	5,0	0,9
Agreg. de famílias complexas	10,4	-3,6	15,1	-4,3	11,6	-2,9	9,0	-3,5	9,2	-3,5	8,1	-2,3	8,3	-2,7
Casais em coabitação														
Total	6,9	3,0	4,1	2,1	3,0	1,6	6,0	3,0	12,0	5,0	8,8	2,2	3,7	2,1
Casais sem filhos	2,7	1,3	1,5	0,8	1,0	0,6	2,4	1,3	4,7	2,2	3,4	0,6	1,5	1,0
Mulheres sem escolaridade	11,7	-12,4	11,3	-11,9	17,5	-13,5	10,6	-12,5	8,4	-11,0	28,7	-19,0	20,9	-15,6
Mulheres com o ensino superior	17,2	10,2	14,9	10,1	8,0	5,3	16,1	9,0	21,1	11,1	8,0	6,2	9,3	7,3
Casais com filhos	4,2	1,7	2,6	1,2	2,0	1,0	3,6	1,7	7,3	2,9	5,4	1,6	2,2	1,2
Mulheres sem escolaridade	5,8	-6,1	5,5	-4,6	6,8	-6,5	4,7	-6,6	5,2	-6,1	11,4	-10,0	8,9	-9,0
Mulheres com o ensino superior	9,0	5,1	7,5	4,9	5,3	3,7	8,6	5,1	10,7	5,2	5,9	4,7	6,3	3,8
Núcleos Monoparentais (no total dos núcleos)														
Com filhos de todas as idades	17,9	4,8	18,0	2,2	14,3	1,9	16,3	4,5	19,2	8,8	17,1	6,2	15,7	3,1
Com pelo menos 1 filho menor de 18 anos	6,8	0,7	7,1	-0,8	5,2	-0,4	6,7	0,8	10,2	2,9	6,7	1,6	5,4	-0,3
<i>Recompostas</i>	2,7	—	2,1	—	1,3	—	2,7	—	4,6	—	3,7	—	1,8	—
<i>Jovens a viver sós (20-29 anos)</i>	4,3	2,6	2,6	1,9	1,5	-0,2	4,9	3,8	6,6	4,8	3,3	1,3	2,9	1,5
<i>Idosos a viver sós (65 e mais anos)</i>	19,7	1,5	16,2	1,4	16,3	0,5	20,3	1,7	20,8	2,2	22,5	1,3	22,5	1,1
<i>Idosos em casal sem filhos</i>	42,1	3,1	33,8	3,5	36,9	3,9	46,8	2,9	44,6	2,8	48,9	0,8	48,4	1,8

³ Para efeitos dos cálculos regionais não nos foi possível desagregar o total de pessoas sós indicado pelo INE (17,3%), diferenciando as pessoas que vivem em agregados unipessoais e as que vivem em agregados de duas ou mais pessoas independentes, pelo que utilizamos sempre esse valor como referência de comparação regional.

Por último, as dinâmicas que aqui intitulamos de “isolamento” qualificam ainda o panorama característico da faixa interior norte e centro do país, em que se assiste genericamente a uma manutenção do traçado verificado em 1991. Temos então um quadro de “*estabilidade, isolamento e envelhecimento*”, marcado pela continuidade da elevada proporção de idosos a viver sós e por uma certa erosão das estruturas conjugais de família (note-se, por exemplo, que são estas as regiões do país onde encontramos as menores percentagens de famílias simples de casal com filhos), cenário que, na verdade, sofreu pouco dinamismo ao longo dos anos noventa.